



O valor das Cadeias Globais de Valor: uma análise crítica da abordagem teórica sobre as CGV

The value of global value chains: a critical analysis of the theoretical approach to GVC

DOI: <https://doi.org/10.23925/1806-9029.v35i2e60739>

Autores: Alexis Saludjian é Professor Associado do IE da UFRJ. E-mail: saludjian@ie.ufrj.br. João Pedro Braga é graduando do curso de Ciências Econômicas da UFRJ e bolsista PIBIC (2020). E-mail: jpedrobraga@gmail.com. Rodrigo Fernandes é graduando do curso de Ciências Econômicas da UFRJ e bolsista PIBIC (2020). E-mail: rofegon@gmail.com

Resumo

Desde a década de 1990, acadêmicos discutem a dinâmica das Cadeias Globais de Valor (CGV) e os possíveis benefícios de inserção das indústrias nacionais como uma possível oportunidade de desenvolvimento. A partir desta literatura consolidada, este trabalho analisa criticamente as CGV desenvolvendo três pontos principais nos quais a narrativa de ganhos mútuos se mostra uma lente ideologicamente carregada para analisar a produção no âmbito do capitalismo global. O primeiro delas é a permanência de grandes diferenciais salariais entre trabalhadores nos países desenvolvidos e em desenvolvimento não devido somente a diferentes produtividades, mas também as estruturas produtivas e sociais sobre as quais se baseiam na exploração do trabalho. Adotando a interpretação de Selwyn (2019) e Quentin & Campling (2017), as CGV acabam por reproduzir pobreza e desigualdade social entre os trabalhadores do Sul Global. O segundo ponto é sobre a possibilidade de movimentação e fuga de capitais e mais valor, facilitado e estimulado pela CGV, criando novas dinâmicas de desigualdade global entre países e intrapaíses. Por último, tratamos das dinâmicas de exportação de dano ambiental facilitados pela CGV, além de apresentar criticamente propostas reformistas ao atual cenário de degradação do meio ambiente. Assim sendo, este artigo sintetiza visões críticas à internacionalização cega do comércio proposta pela análise dominante das CGV na medida em que ela representa uma barreira sensível ao desenvolvimento socioeconômico no Sul Global.

Palavras-chave: Cadeias globais de valor. Desigualdade. Pobreza. Meio ambiente.

Abstract

Since the 1990s, academics have discussed the dynamics of Global Value Chains (CGV) and the possible benefits of the insertion of national industries as a possible development opportunity. Departing from this consolidated literature, this paper critically analyses GVC by developing three main points in which the narrative of mutual gains is an ideologically charged lens for analysing production within the scope of global capitalism. The first is the persistence of large wage differentials between workers in developed and developing countries, not only due to different productivity levels, but also due to social and productive structures that are based on the exploitation of labour. Adopting the interpretation of Selwyn (2019) and Quentin & Campling (2017), GVCs end up reproducing poverty and social inequality among workers in the Global South. The second point is about the possibility of capital movement and flight of surplus value, facilitated and stimulated by CGV, creating new dynamics of global inequality between countries and intra-countries. Finally, we deal with the export dynamics of environmental damage facilitated by CGV, in addition to critically presenting reformist proposals to the current scenario of environmental degradation. Therefore, this paper summarizes critical views on the blind internationalization of trade proposed by the dominant analysis of GVCs as it represents a sensitive barrier to socioeconomic development in the Global South.

Keywords: Global value chains. Inequality. Poverty. Environment.

JEL: F63; F64; F66



Introdução

A inserção de um país no comércio internacional é tradicionalmente defendida na economia mainstream e nos discursos das principais organizações multilaterais como uma das principais medidas de estímulo ao crescimento econômico e como condição necessária e suficiente segundo essa visão ao desenvolvimento socioeconômico. Nessa perspectiva, a internacionalização e entrada nas Cadeias Globais de Valor (CGV) que ganharam espaço desde os anos 1990 permitiria ganhos aos trabalhadores e menor degradação ambiental, com aprimoramento tecnológico (*upgrading*). No entanto essa visão contrasta com as realidades de ampliação das desigualdades, aumento da pobreza no trabalho e profunda degradação ambiental que ocorreram em paralelo à integração do Sul Global nas CGV. Este trabalho tem como objetivo sistematizar um contraponto à visão mainstream, questionando por meio de uma revisão crítica da literatura sobre as CGV que a inserção comercial nem sempre está associada a ganhos mútuos - reproduzindo pobreza, desigualdade e danos ambientais nos países do Sul Global.

Essa discussão não é novidade no campo das teorias econômicas. Desde o final da década de 2010s, a inserção internacional nas CGV foi indicada como estratégia de política pública que representaria uma forte oportunidade de desenvolvimento por diversas instituições multilaterais. Não obstante, a ótica das CGV minimizou durante muito tempo fatores de forte implicação para as economias em desenvolvimento como distribuição de riqueza e danos ambientais. Em termos gerais, o problema da análise das CGV se origina no seu foco no valor adicionado em cada ponto da cadeia, e não na sua apropriação. Assim, as CGV não tratam de como o valor adicionado é distribuído, gerando distorções que serão aprofundadas neste trabalho. É importante mencionar que mesmo que as CGV possam ser definidas em três óticas principais (produção, financiamento e fluxos financeiros), este trabalho busca analisar este conceito de forma crítica, dado que as CGV são um processo global e contemporâneo do capitalismo financeirizado.

O estudo é, assim, uma crítica à utilização da CGV como uma ferramenta teórica de análise da produção globalizada, pois suas suposições são baseadas em uma teoria do valor que não leva em conta os efeitos distributivos da produção nem a criação do valor/mais-valor, mas sim a sua apropriação. Dessa forma, é uma lente ideologicamente carregada para entender a reprodução das desigualdades sociais e ambientais. Assim, o debate é importante em um contexto de pandemia da Covid-19, uma vez que pode haver um aprofundamento da reversão de tendência de globalização de produção. Além desta introdução, esse trabalho é dividido em três partes; a primeira questiona as CGV do ponto de vista da exploração e pobreza no trabalho. Em seguida, propõe-se um debate de origem das CGV, analisando os impactos da sua inserção no aprofundamento do caráter desigual na distribuição do valor e do mais-valor no capitalismo mundial. A terceira parte debate a ligação entre cadeias produtivas e danos ambientais, uma visão totalizante pouco trabalhada no mainstream. Por fim, apresentam-se considerações finais.



I Pobreza concentrada, exploração generalizada⁴⁷

Com o avanço da internacionalização da produção, o número de trabalhadores nas indústrias globalizadas mais do que quadruplicou entre o início dos anos 1980 e as primeiras décadas do século XXI (OECD; WTO; WORLD BANK, 2014). Em consequência deste fato, uma questão importante se impõe no campo da economia do trabalho: até que ponto os trabalhadores se beneficiam do emprego em indústrias inseridas nas Cadeias Globais de Valor. Em uma perspectiva mainstream que promove o livre-comércio, essa questão é pautada em termos de ganhos mútuos da especialização e das trocas (SELWYN, 2019). Dessa forma, a inserção nas cadeias globais seria um fenômeno que implicaria desenvolvimento de forma automática ou, em outras palavras, uma lógica resolvidora de problemas (*problem-solving* em inglês) para o desenvolvimento. Essa noção, na medida em que considera que a inserção das indústrias em países do Sul Global implica automaticamente em transferência de tecnologia, não se verifica na experiência liberalizante do século XXI – com inúmeros registros de internacionalização acompanhada de empobrecimento das condições de trabalho (GEREFFI, 1987).

É importante ressaltar que, embora predominante, essa visão não é absoluta. Em uma perspectiva crítica da economia do trabalho aplicada à inserção dos países do Sul nas CGV, é necessário considerar as cadeias globais de valor têm como consequência uma crescente concentração de poder no âmbito empresarial, com ganhos sensíveis para as empresas líderes em países desenvolvidos (UNCTAD, 2013). Dito isso, a concentração de poder de mercado materializa uma forma de capitalismo global que privilegia a renda de poucos em detrimento do crescimento econômico mais inclusivo. Nesse sentido, esta seção analisa a inserção nas CGV por uma perspectiva crítica, como parte de um processo de concentração da pobreza e exploração no mundo do trabalho.

I.1 Cadeias Globais de Valor, produtividade e trabalho precário

De fato, a questão de até que ponto os trabalhadores se beneficiam do emprego nas indústrias globalizadas está em aberto em uma perspectiva heterodoxa da análise econômica empírica. Em parte, a resposta depende da metodologia desta análise adotada. Estudos relativamente iniciais da CGV descobriram que os trabalhadores de empresas fornecedoras ganhavam salários mais altos do que os trabalhadores de setores não comercializáveis (NADVI, 2003). Por outro lado, recentes estudos intersetoriais de bens comercializáveis apontam para que a inserção nas CGV teria tido benefícios de maior competitividade e melhores condições de trabalho apenas em pouco mais de um quarto dos casos analisados (BERNHARDT; POLLAK, 2016)

Do ponto de vista teórico, no entanto, é um consenso que muitas análises da CGV têm uma concepção limitada do papel constitutivo do trabalho. Inegavelmente a inserção nas CGV tem um impacto enorme nas relações de classe e nas estruturas econômicas do mercado de trabalho – podendo o emprego nas CGV gerar novas formas de pobreza dos trabalhadores (SELWYN, 2019). De fato, a proliferação de CGV se baseou em dois pilares: (i) a disponibilidade prévia de grandes forças de trabalho empobrecidas e de

⁴⁷ Essa parte se baseia em (Selwyn, 2019)

baixo custo e (ii) uma posterior incorporação dessas massas nas CGV de forma a desestruturar os arranjos institucionais existentes. Dessa forma, a destruição das estruturas socioeconômicas anteriores aliada à incorporação da força de trabalho nas CGV teria como consequência novas formas de pobreza da classe trabalhadora (QUENTIN; CAMPLING, 2017).

Conforme a teoria das vantagens comparativas, a análise mainstream das CGV explica os baixos salários dos trabalhadores no Sul Global como consequência do emprego em indústrias de baixa produtividade. Selwyn (2019), no entanto, mostra que a pobreza no emprego no Sul Global em indústrias exportadoras é uma consequência da capacidade institucional dos empregadores de pagar salários baixos aos trabalhadores e de sujeitá-los a condições severas de trabalho e vida – refletindo uma acumulação competitiva de capital. Selwyn aponta contra-exemplos à visão mainstream das CGV com os casos do vestuário na Cambódia e eletrônica na China além de outros exemplos como na indústria automobilística com o caso do Brasil. Dessa forma, os baixos salários seriam uma consequência de um arranjo institucional extrativista que reproduz exploração e pobreza no trabalho, e não da baixa produtividade.

1.2 Valor e solução de problemas dentro das CGV

A noção neoclássica de valor agregado é concebida como a diferença entre os preços pagos pelos insumos e os preços recebidos pelos produtos, considerando que o valor agregado ocorre exclusivamente dentro das empresas (Smith, 2012). Kaplinsky (2004) mostra como as inovações das empresas líderes levam barreiras à entrada, podendo as líderes beneficiarem-se de altas taxas de valor agregado e obterem maior lucratividade – fenômeno retratado na curva sorriso (*smile-curve*) da Figura 1.

Figura 1 – Concepções neoclássica e marxista da formação do valor e apropriação nas CGV



Fonte: Lauesen and Cope (2015) apud Selwyn (2019)

Partindo da concepção marxista de que a exploração do trabalho é uma dimensão central do capitalismo, a questão dos benefícios do trabalho globalizado se transforma.



Nessa ótica, os trabalhadores recebem um valor menor do que o valor das mercadorias que produzem para seus empregadores - podendo essa relação de exploração gerar várias formas de pobreza no trabalho. Entendendo a exploração no capitalismo como um processo extraeconômico de extração de mais-valor, implica-se também a subordinação do trabalho ao capital – assim como trabalhadores aos capitalistas. Essa relação muitas vezes consiste na degradação física do trabalhador em formas de trabalho desgastantes ou precárias (MEZZADRI, 2017). Nessa interpretação, a pobreza é entendida como uma combinação de salários baixos e degradação corporal.

No âmbito do emprego nas CGV, a pobreza dos trabalhadores é explicada por Selwyn através do resgate do conceito marxista de superexploração, que especifica como os trabalhadores são remunerados abaixo de seus custos de reprodução social (MARINI, 2005)⁴⁸. De fato, a noção de custos de reprodução social implica um elemento fortemente moral na definição e cálculo da pobreza (MARX, 2011), uma vez que esses custos são determinados por normas socialmente aceitas.

Em especial, três aspectos da criação, realização e distribuição de mais-valia são pertinentes na análise integrada entre CGV e pobreza: (i) os empregadores usam a força de trabalho dos trabalhadores para produzir mercadorias, incorporando valores de uso e uma vez realizada a venda, gerando mais-valia; (ii) a mais-valia é realizada após a venda dos produtos; (iii) o controle sobre as atividades internacionais de produção, marketing e venda representa uma fonte de poder para as empresas líderes sobre as indústrias no sul global, podendo capturar valor excedente – fenômeno retratado na Figura 1.

Mesmo sendo uma instituição internacional e adotando o conceito de trabalho digno da UNCTAD (2018) e compreendendo o salário digno como pilar central no conceito de dignidade, a concepção de salário digno pode ser empregada como metodologia para investigar a relação entre emprego nas indústrias globalizadas e pobreza dos trabalhadores. Tal como proposto por Selwyn (2019), nas situações em que os trabalhadores empregados nas CGV não ganham salário digno, argumenta-se que tais cadeias reproduzem pobreza, podendo ser renomeadas Cadeias Globais de Pobreza (CGP).

2 Desigualdade global, apropriação local

2.1 Teorias da economia globalizada

As Cadeias Globais de Valor (CGV) são muitas vezes apresentadas como tendo um impacto positivo sobre os trabalhadores, sendo a discussão sobre os benefícios do comércio sobre o desenvolvimento socioeconômico muito antiga na história do pensamento econômico. Os contextos históricos e a ortodoxia teórica vigente em cada período têm um impacto importante sobre a maneira de pensar o Desenvolvimento socioeconômico, seus problemas e desafios e os atores dessas políticas (Sunkel e Paz,

⁴⁸ Não entramos no marco deste artigo nessa questão, mas já existem vários trabalhos que debatem essa questão na atualidade. Ver (Luce, 2017) que inclusive trata também de maneira crítica da "nova classe média" do M. (Neri, 2008), Carcanholo 2017, (Amaral, 2009), (Martins, 2009).



1976) e (Furtado, 1966). A apontada relação positiva entre a inserção na economia mundial e desenvolvimento depende fortemente dos pressupostos teóricos e interesses econômicos e políticos nos diferentes períodos considerados.

Podemos encontrar esse argumento desde as discussões dos mercantilistas, passando pela visão da Economia Política Clássica de D. Ricardo sobre vantagens comparativas no comércio internacional ou sobre especialização na sua versão neoclássico com HOS Heckscher–Ohlin - Samuelson no século XX - e mais recentemente com as novas teorias do comércio internacional de Krugman, Stiglitz e novos-keynesianos. Esses marcos analíticos que apresentam argumentos favoráveis ao impacto do comércio internacional sobre as condições de trabalho (e de vida) foram alvos de críticas: Os fisiocratas contra os mercantilistas (importância da produção e não unicamente a circulação); F. List (1841) contra a especialização ricardiana e a vertente marxista com a discussão do imperialismo já no início do século 20; a CEPAL de R. Prebisch (1949), autores do Sistema Mundo ou os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD com Marini) contra HOS e a visão de T. Schultz sobre as revoluções verdes (visão da especialização) no pós 2a GM.

Em relação à distribuição de renda nas CGV, a teoria econômica dominant também trouxe discussões e debates que evoluíram ao longo da história do desenvolvimento capitalista. Na teoria clássica ainda mobilizando a teoria do valor trabalho, a questão das condições de trabalho e de desigualdades passavam pela discussão da distribuição da renda total de uma economia considerada entre as diferentes classes sociais - capitalista com lucro, trabalhador com salário de subsistência e proprietário de terras com a renda da terra. O caráter mais ou menos desigual da distribuição entre classes sociais era dado naturalmente. Essa questão dará espaço para a crítica de autores com T. Malthus, Socialistas ricardianos como T. Hodgskin ou sua crítica radical com autores como Marx. Determinações morais tinham que cuidar dos pobres (Poor Laws) e a Economia Política não entrava muito nesse debate. Com a versão neoclássica da discussão da inserção no capitalismo mundial (HOS), a questão das desigualdades era resolvida pela alocação ótima dos fatores de produção, adotando a teoria do valor utilidade. A questão se resumia então maximizar as funções de produção e achar o ponto de equilíbrio com agentes maximizadores e racionais.

Com as novas teorias do comércio internacional e as teorias do crescimento endógeno, a questão das desigualdades passou a depender de um fator de produção que permitia rendimentos crescentes de escala, o capital humano. Quanto maior o montante de capital humano e mais especificamente de capital humano destinado à P&D, mais elevado o nível do crescimento da renda dessa economia no qual a alocação dos fatores de produção remunerados à sua produtividade era ótima. Nesses casos dos modelos HOS e novas teorias do comércio internacional, sendo as remunerações dos fatores de produção determinadas pela produtividade marginal em função do preço dos fatores de produção diferenciáveis, a discussão da desigualdades tinha a ver com diferenças de acesso ao capital humano – uma vez que dotações diferenciadas, e Ex-Ante não são explicadas nos modelos.

Essas questões da inserção na economia mundial e da desigualdade são apresentadas e



discutidas de maneira original na visão das CGV no período mais recente do desenvolvimento capitalista. Podemos elencar de maneira sintética os elementos fundamentais para caracterizar o período histórico do desenvolvimento capitalista em que a discussão das CGV ganhou força:

1. Papel do comércio internacional como motor do crescimento sob a égide da OMC;
2. Papel das Empresas Trans/Multinacionais como um ator do desenvolvimento ⁴⁹;
3. Revoluções tecnológicas e consequências para a dinâmica do capitalismo ⁵⁰;
4. Finanças desregulamentadas no final dos anos 1970 ⁵¹
5. A ascensão da China como potência a partir do final dos anos 1990 ⁵²
6. A urgência do enfrentamento ao aquecimento global nos acordos de Paris ⁵³

Sobre os 3 primeiros elementos tratam da discussão das CGV, mas poderiam ser mobilizados para criticar em vez de “solucionar” as contradições da expansão do capital (problem-solving). Os 3 pontos anteriores devem ser considerados juntos com o ponto 4 (finanças) e a discussão ganha em relevância (e em complexidade) quando for analisado a economia globalizada e financeirizada. A discussão do texto de (Quentin e Campling, 2017) vai nessa direção (CGR) os 4 pontos anteriores devem ser considerados juntos com o ponto 5 (China) pois desde 1990/2000 a participação da China mudou a dinâmica capitalista. E finalmente, os 5 pontos anteriores não podem ser discutidos sem tomar em consideração o último ponto (6) que na verdade é a fonte de todos os demais pontos (a Natureza/meio ambiente).

2.2 Cadeias Globais da Desigualdade (CGD)

Neste contexto das Cadeias globais de Valor (ou Cadeias Globais de Pobreza como discutido acima na primeira seção desse artigo), do papel das finanças, e das Empresas Transnacionais, é interessante mobilizar uma visão que se propõe a combinar uma análise crítica bidimensional através do conceito de Cadeias Globais da Desigualdade (CGD). Essa visão do CGD é, portanto, uma crítica às Cadeias globais de valor (CGV). A estrutura analítica em torno do CGV foi desenvolvida para tentar explicar a complexidade e a confusão em torno da produção global fragmentada.

"Em linhas gerais, a CGV é uma cadeia internacional de atores de mercado trazendo commodities desde a extração de matérias-primas até o consumo de varejo." (Quentin e Campling, 2017, 4).

Quentin e Campling também envolvem a discussão das Cadeias Globais de Riqueza

⁴⁹ Poderia ser mobilizada na visão crítica a discussão de E. Mandel sobre empresas transnacionais e (Quentin & Campling, 2017), (Selwyn, 2019) e (Kaltenbrunner & Paineira, 2018)

⁵⁰ Poderia ser mobilizada na visão crítica, a discussão de E. Mandel sobre as ondas longas

⁵¹ Poderia ser mobilizada na visão crítica, a discussão dos marxistas sobre financeirização (Chesnais, Lapavitsas, Salama) e (CEPAL, 2018)

⁵² Poderia ser mobilizada na visão crítica, a discussão de autores do Lab China (IE-UFRJ)

⁵³ Ver a visão crítica do Eduardo Sá Barreto e seção 3.



(CGR), argumentando que é fundamental mobilizar uma teoria de valor objetiva e não subjetiva, uma vez que a análise das CGV segue a noção neoclássica de valor.

Especificamente, expandimos o quadro CGV integrando-o com a estrutura relacionada da Cadeia Global de Riqueza (CGR). A unidade de análise no quadro CGD são cadeias que "escondem, realocam e riqueza na medida em que se soltam da localização da criação de valor e aumentam a desigualdade" (Seabrooke e Wigan 2014: 257); em geral, são as rotas pelas quais a riqueza que surge da "criação de valor" aumentou para os proprietários de ativos sem atrair quantidades significativas de impostos. (QUENTIN - CAMPLING, 2017, p. 2, tradução dos autores)

Como já vimos acima, este quadro analítico tornou-se o marco para as instituições financeiras internacionais e de desenvolvimento (OCDE, OMC, Banco Mundial) (Quentin e Campling, 2017, p. 4). Para os proponentes do CGV, o fluxo monetário e os fluxos de valor são equivalentes e permitem que o valor agregado seja tratado como se fosse um aumento na criação de valor (p.3). Trata-se, portanto, de mobilizar criticamente uma teoria alternativa que nos permita destacar a diferença. A teoria do valor do trabalho marxista não é a única, mas é a que expressa essa diferença da forma mais avançada (teoricamente). É particularmente adequado para a análise de certos fenômenos relacionados às Cadeias globais de Valor (CGV) porque, em vez de se concentrar em determinar o preço (subjetivo), dá lugar a uma concepção de valor objetivo que não se limita ao preço. Assim, segundo os autores, é possível acompanhar a criação de valor no CGV independentemente de onde a quantidade de dinheiro determinada pelo preço seja encontrada. Uma vez que o arcabouço analítico crítico proposto por Quentin-Campling tenha se livrado da teoria do valor neoclássico, a discussão pode se concentrar na criação de mais-valor dentro da produção de bens e como ela é apropriada pelos proprietários dos meios de produção (capitalistas) recuperando a discussão de Marx.

Os autores apontam, e isso é importante para o seu ponto sobre o CGD, que não é apenas o trabalho produtivo pago pelo seu salário porque, no capitalismo de hoje, a parcela da força de trabalho remunerada não é materialmente produtiva de mais-valor. Como é frequentemente o caso nos países em desenvolvimento, este trabalho é mal pago e muitas vezes perigoso para saúde do trabalhador. A questão que está sendo discutida agora é a distribuição desse mais-valor entre os vários capitalistas, sejam eles capitalistas industriais, banqueiros, proprietários de terras para aluguel ou comerciantes (como Marx apresenta no início do Livro 3 de seu livro *O Capital, Uma Crítica da Economia Política*).

No capitalismo moderno, essa redistribuição tem efeito em relação a um desenvolvimento conhecido como 'financeirização'. Usamos o termo amplamente para se referir ao fenômeno pelo qual as relações patrimoniais entre proprietários de ativos e ativos produtivos são agora quase inteiramente mediadas por uma camada de relações jurídicas que (i) fazem intervenções na distribuição de risco (como dívida, patrimônio corporativo e derivativos) e (ii) colocam ativos sob gestão profissional (como conselhos corporativos ou gestores de fundos). (...) A "financeirização" não só aponta para a tendência do capital financeiro progressivamente a dominar o capital produtivo, mas reflete uma percepção generalizada de que a dinâmica da camada das relações financeiras é de crescente importância na determinação



da distribuição do valor excedente entre as empresas, e entre os maiores proprietários humanos de ativos. (Quentin - Campling 2017, p. 5-6, tradução dos autores)

Os autores mobilizam duas outras categorias de trabalho na análise da economia política da tributação dos lucros das empresas para que ela possa se encaixar na teoria do valor previamente discutido (valor trabalho marxista): (i) Trabalho no setor público e (ii) trabalho doméstico não remunerado. Essas duas categorias de trabalho são essenciais, no capitalismo, para dar conta do peso do trabalho estatal e não remunerado porém essenciais para a produção de valor e mais-valor. Também nos permite abordar o caso de países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento e as questões das desigualdades de gênero (como será proposto no artigo dos autores). A discussão sobre a teoria do valor permite a discussão crítica das Cadeias Globais de Valor integrando a dimensão espacial e a natureza global do desenvolvimento e da dinâmica capitalista.

A primeira das duas dimensões que Quentin-Campling propõe discutir diz respeito às Cadeias Globais de Valor com uma teoria de valor marxista focando em diferenciar as empresas líderes, empresas menores, daquelas localizadas em países desenvolvidos daquelas estabelecidas em países em desenvolvimento. Os autores da visão dominante da CGV apresentam o caso das empresas líderes que têm poder de mercado como objetivo a ser alcançado pelas pequenas empresas. Esse processo de melhoria e atualização (*'upgrading'*) de pequenas empresas seria feito inserindo-se nas CGV graças a um fenômeno de mercado muitas vezes representado por uma curva semelhante a um sorriso (Figura 1). A inserção nas Cadeias globais de valor seria, então, uma forma de as pequenas empresas "subirem" as escadas de valor agregado e esperarem ser líderes um dia. Essa visão de inserção no CGV, segundo Quentin & Campling, serve apenas para promover uma narrativa sobre a captura da criação de valor e da sua captura nas mãos de determinados lugares da CGV e também para manter uma hierarquia e dominação dentro do CGV e, portanto, da dinâmica capitalista.

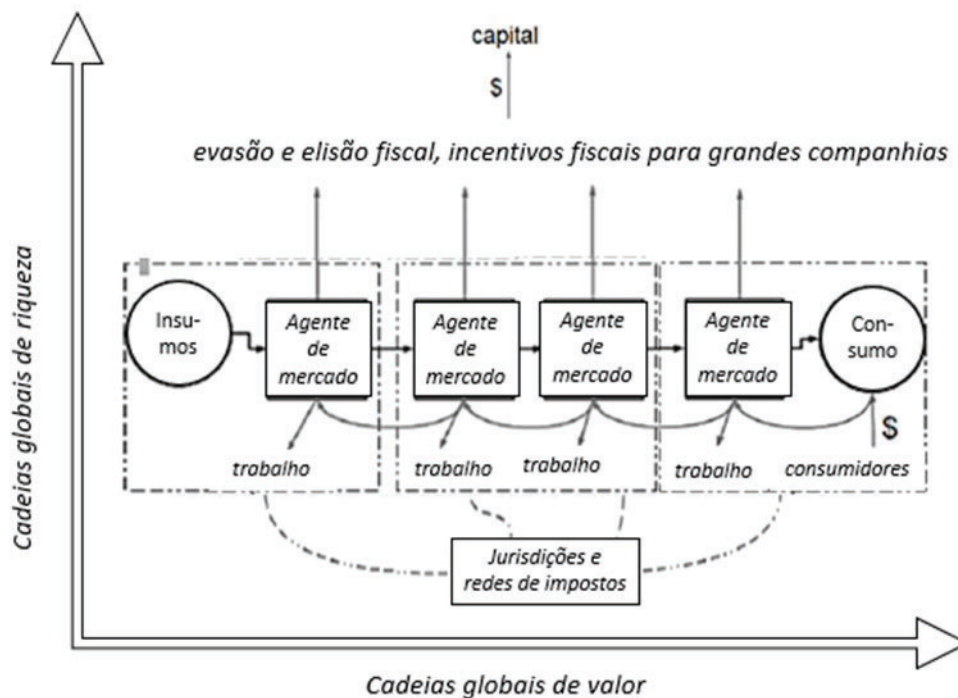
A segunda dimensão abordada pelos autores é a das Cadeias Globais de Riqueza (CGR).

“As cadeias globais de riqueza são as rotas pelas quais o mais-valor aumentou para os beneficiários do capital, ao mesmo tempo em que atrai o menor imposto possível. Eles incluem evasão fiscal e desvio fiscal(...), os métodos que empresas multinacionais e jurisdições de hospedagem usam para maximizar lucros corporativos (OCDE 2013b), e estratégias de investimento reforçadas por impostos, como o private equity (War on Want 2013). (Quentin - Campling 2017, p. 13-14, tradução dos autores)

Empresas multinacionais e grandes corporações estão expandindo suas atividades globalmente e procuram maximizar seus lucros e minimizar impostos. Essa busca para minimizar o pagamento de impostos tem influência nas políticas de desenvolvimento dos Estados que tentam atrair empresas líderes, propondo regras de isenção de impostos, muitas vezes envolvidos em verdadeiras guerras fiscais entre eles. Para conquistar a entrada do Investimento Estrangeiro Direto, a concorrência entre Estados é caracterizada pela concorrência à quem mais reduzirá os impostos para as empresas líderes, causando problemas de financiamento público devido à falta de entradas fiscais.

Como observam os autores, este quadro analítico da CGV, embora contemporâneo com mudanças na produção em escala global, permanece, no entanto, um quadro limitado (lente ruim), uma distribuição acrítica e cega entre lucro e salários obcecados por sua análise em termos de valor agregado. Esta análise continua preocupada com propostas de práticas políticas liberais ou liberalizantes nas agendas das instituições internacionais e incapazes de considerar os efeitos de distribuição dos sistemas tributários dos marcos legais (jurisdição) nos quais esse valor agregado aumenta. O trabalho de Quentin e Campling e seu grupo de pesquisa tenta ir além desses limites, combinando criticamente CGV e CGR, a fim de ter um quadro analítico que eles chamam de CGD e que pode superar essas deficiências e limitações (ou falta de vontade política). Esta estrutura do CGD é articulada em duas dimensões: horizontal: CGV e vertical: CGR (ver figura 2). A ideia é poder dar conta da criação de valor em toda a cadeia produtiva de sua apropriação pelos diversos atores envolvidos (Empresas multinacionais para a maior parte) (dimensão horizontal). Tudo isso em um sistema global financeirizado no qual o principal objetivo é a busca do melhor fechamento financeiro para pagar o menor número possível de impostos (eixo vertical) malabarismo de práticas jurídicas e práticas ilegais de sonegação fiscal ou paraísos fiscais.

Figura 2: A cadeia global de desigualdade (CGD), mostrando o efeito dos impostos regressivos das cadeias globais de riqueza (CGR)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de (Quentin e Campling, 2017, p.16)

Assim, os autores apresentam as Cadeias Globais da Desigualdade (CGD): Desigualdade na apropriação do maior valor criado pelo trabalho e assumido pelo capital. Desigualdade na distribuição dos ganhos de capital criados às custas do Estado e da força pública. Essa perspectiva crítica altera profundamente a visão que se pode ter das Cadeias globais de valor (CGV) e suas propostas liberais que promovem o



desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Promover as CGV tem um impacto sobre a força de trabalho (como visto na seção 1), sobre a distribuição e a desigualdade do mais-valor (seção 2), mas também sobre o meio ambiente como veremos na seção seguinte

3 Cadeias globais de valor exportam danos ambientais

Como visto nas primeiras sessões, os primeiros trabalhos sobre as Cadeias Globais de Valor (CGV) datam da década de 1990. Desde então, trabalhos de diversos campos de pesquisa desde comércio internacional a antropologia olharam para esse processo de expansão capitalista, avaliando sua razão de ser. Nesta seção, utilizando a teoria valor trabalho de Marx, queremos mostrar a ligação entre as CGV e Cadeias Globais de Riqueza (CGR) e danos ambientais. Partamos de uma constatação simples: o capitalismo precisa do crescimento para sobreviver. A compra de uma mercadoria e sua retirada do mercado, é a realização do valor de uso, criado via trabalho do proletariado. O dinheiro, inicialmente gasto pelo capitalista no processo produtivo, retorna ao mesmo, acrescido de mais-valor (BARRETO, 2018). Quanto maior esse retorno na forma de lucro, melhor para o capitalista. Um retorno nulo caracteriza um fracasso na operação, um suicídio econômico. Esse retorno permite mais investimento pelos capitalistas, que gera mais retorno/lucro, numa retroalimentação própria da dinâmica capitalista. O objetivo principal do capitalista é maximizar o retorno/lucro que pode obter e o capital, em sua dinâmica, cria formas de maximização. Esse é o processo, de forma extremamente simplificada⁵⁴, do capital. Pelo lado do trabalhador, podem haver 4 processos, diretos da firma, em busca de maior mais-valor (SELWYN, 2019):

1. Aumento da intensidade do trabalho;
2. Aumento das horas trabalhadas;
3. Menores salários;
4. Salários abaixo da subsistência (“imiseração” do trabalho)

Esse resumo inicial sobre o valor é necessário para chegar ao ponto de interesse desse trabalho. O capitalista pode, até um certo limite, aumentar o trabalho excedentes. Limitações são, principalmente, de origem natural e de origem institucional. A barreira natural é basicamente igual para todos os seres humanos, embora com diferentes consequências no longo prazo - expectativas de vidas. Por outro lado, o Estado e sua relação com os trabalhadores variam geograficamente e historicamente.

Um país desenvolvido, no geral, tende a proteger melhor o proletariado, limitando o aumento das horas e intensidade trabalhadas e a queda do salário, devido os séculos de lutas sindicais e trabalhistas. A lógica capitalista tenta achar qualquer espaço de reprodução do capital para geração de valor e principalmente mais-valor inserido (ou possível de ser inserido) nas CGV, onde as limitações a exploração do meio ambiente e do trabalhador são mais flexíveis. Assim, o capital gera mais mais-valor em países subdesenvolvidos, ainda que o trabalhador do país subdesenvolvido tenha a mesma produtividade do desenvolvido. Como visto na seção 1, o argumento do Selwyn (2019)

⁵⁴ Se baseia em Marx, Livro 3, seção 3 (capítulos 13, 14 e 15)



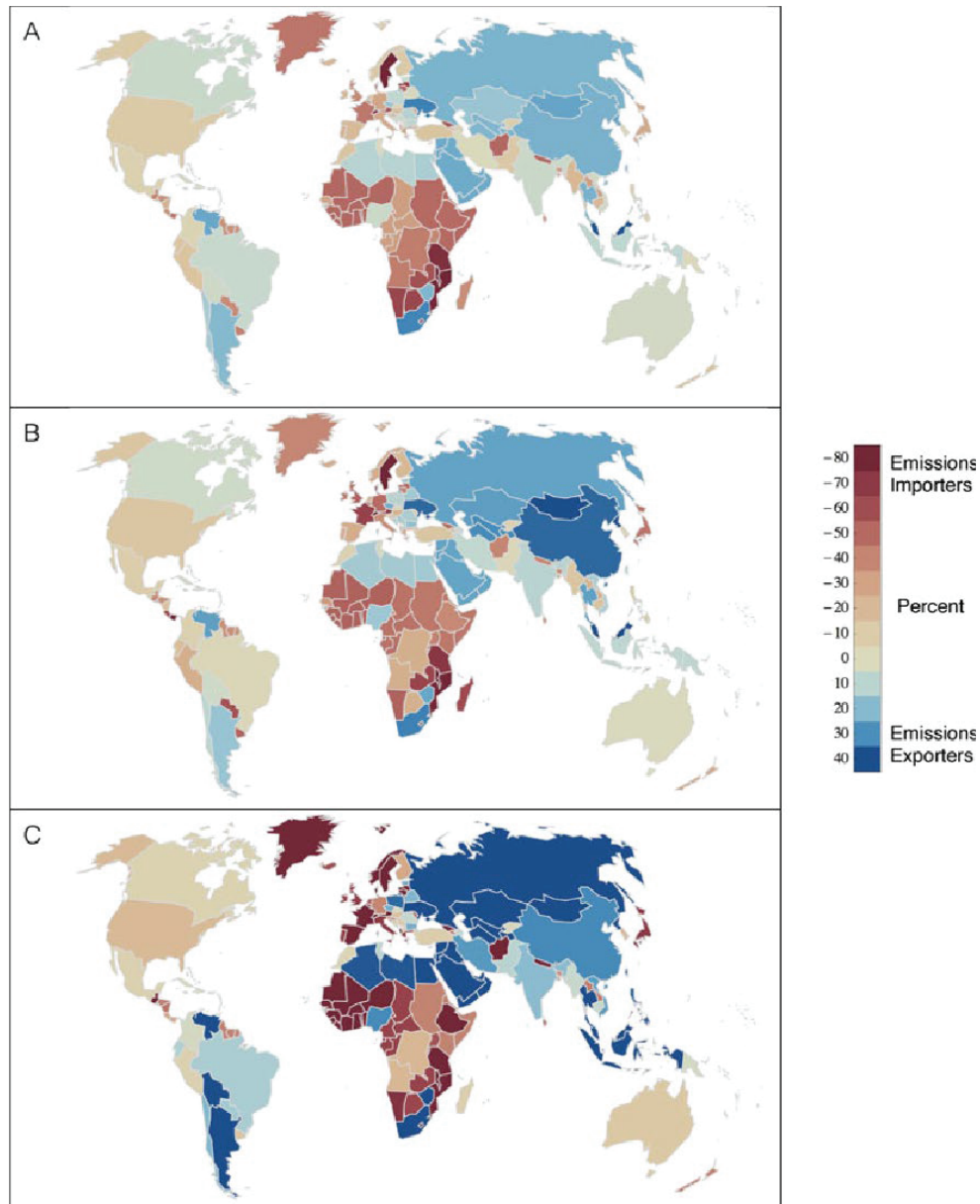
é que o senso comum de que os trabalhadores dos países subdesenvolvidos ganham menos porque eles são menos produtivos tem um cunho ideologicamente muito carregado.

Quentin e Campling, em seu artigo, partem do pressuposto da Teoria Valor Trabalho (TVT) pela sua permissividade para análises quantitativas, além de facilitar uma análise de fuga de capital. Como uma empresa pode produzir uma mercadoria num país A, para depois transferir o lucro para o país B, fugindo de taxaçaõ [o que ele chama de Cadeia Global de Riqueza (CGR)], a TVT permite identificar onde há trabalho/valor adicionado realmente. Essa dinâmica de movimentação de capital, de local de produção para sede (CGR) permite, portanto, que uma empresa multinacional mobilize suas forças produtivas num país subdesenvolvido, mais permissivo com leis trabalhistas e também ambiental. De toda forma, uma expansão capitalista é acompanhada pelo aumento do consumo e pelo uso de matéria prima. Em outros termos, a sociedade capitalista só garante sua contínua reprodução como sociedade capitalista nas bases de uma contínua expansão da produção (BARRETO, 2018). Por um lado, o mundo material é limitado (o que muda é a relação da humanidade com o mundo, ou seja, as forças produtivas desenvolvem-se), enquanto esse processo de acumulação clama matéria prima.

Pode-se usar como uma medida de inserção nas CGV o Investimento Estrangeiro Direto (IED). Jorgenson (2007), utilizando métodos econométricos de regressão com efeito fixo testa e confirma as hipóteses de que dependência de investimento externo no setor de manufatura aumenta emissão de CO₂ e aumento de poluentes industriais em corpos de água, em países menos desenvolvidos. A figura 3 abaixo mostra 3 tipos de óticas para exportação de emissão, sendo (A) demanda final; (B) consumo e (C) investimento. Quando azul, o país emite pelos outros e quando vinho/vermelho, emite menos que seria necessário para manter seu nível de investimento e consumo. Dependendo da metodologia adotada, os resultados variam, mas o autor defende de forma geral como os mapas representam as diferenças econômicas, onde os subdesenvolvidos e os dependentes de petróleo são exportadores líquidos de emissão. Esse processo é uma forma de “limpar”⁵⁵ a pegada de carbono dos países ricos, tentando zerar as emissões de CO₂, enquanto as transfere para os países subdesenvolvidos.

⁵⁵ O porquê desse processo (limpar a pegada) poderia ser um artigo à parte mas podemos resumir em busca de atingir metas ambientais até certo ano, como a Agenda 2030 da ONU, além da busca da criação de uma imagem para marketing e atração de fundos de investimento verdes, o green money.

Figura 3 : Mapa do fluxo de exportação e importação de emissão global



Fonte: Bergmann, 2013

É necessário, portanto, questionar o discurso mainstream de inserção no mercado mundial, sem barreiras. Embora a industrialização em si não cause necessariamente danos ambientais significativos, o investimento estrangeiro direto sim, e de forma forte, apesar de seus ganhos para o setor industrial (OPOKU; BOACHIE, 2020). Tecnologias e empregos mais limpos concentram-se no mundo desenvolvido, uma vez que são mais caros. Não podemos esquecer que o aquecimento global é um processo social e o crescimento da emissão de CO₂ ocorreu em conjunto com a entrada de capital estrangeiro em países subdesenvolvidos, devido a difusão da produção global, na década de 80, embora o mesmo não ocorresse de forma tão violenta quando o investimento era



interno (GRIMES; KENTOR, 2003).

Embora os ganhos econômicos sejam claros (acesso ao mercado internacional, cadeias e ambiente de inovação), a entrada de um país subdesenvolvido na CGV gera perdas ambientais, como descarte pior dos resíduos nas águas, e maior emissão de poluentes (NAVARRETE; BORINI; AVRICHIR, 2020) (SHAHBAZ *et al.*, 2015), talvez irreversíveis. Esse processo ocorre principalmente quando a liberalização é feita no setor exportador, como ocorreu no Brasil na década de 90, embora a poluição tende a cair quando a indústria é focada no consumo interno, talvez pela entrada de tecnologias limpas das multinacionais.

O caminho soturno traçado pela humanidade precisa ser revertido e manutenção da visão acrítica da CGV não pode ser mantida. Temos pouco tempo para reduzir as emissões de gases estufa e o capitalismo parece colocar barreiras a esse processo. Por exemplo, uma saída seria a captação e armazenamento de gases estufas. Infelizmente, são tecnologias patenteadas e, portanto, não teriam uma expansão tecnológica necessária no curto prazo (BARRETO, 2020).

Ainda sim, essas tecnologias não são um *deus ex-machina*, é importante repensar o modo de produção e consumo capitalista. Uma saída é fortalecer a economia interna sem degradação ambiental/social, como políticas de crescimento ecológicas⁵⁶, investindo em ambientes de inovações verdes, com o papel do Estado forte, através de Agências e financiamento a pesquisa (MAZZUCATO, 2014) e fortalecendo legislações trabalhistas e ambientais. Como bem lembrado e analisado por Young e Sant’Anna (YOUNG & CURY, 2020) no contexto de Covid-19, os mais pobres são “mais propensos” ao risco e se expõe mais à doença. De forma análoga, a mesma relação é válida numa análise de cadeia de comércio. Nós, os países pobres, somos “mais propensos” a flexibilização das leis ambientais e abertura a indústrias poluentes exportados do primeiro mundo.

Considerações Finais

Este artigo sistematizou algumas visões críticas existentes em relação às implicações das Cadeias Globais de Valor (CGV) para o desenvolvimento socioeconômico nacional. Se na teoria econômica *mainstream* a inserção comercial nas CGV representa uma oportunidade para o desenvolvimento, um grande número de estudos heterodoxos com um viés crítico vê uma necessidade de problematizar a noção de desenvolvimento pró-capital que está implícita às CGV. Assim, dado que este é um fenômeno de muitas implicações distintas para a vida em sociedade, é necessária uma abordagem crítica e interdisciplinar para analisar os impactos das CGV no desenvolvimento. Sobretudo, é necessário ter como elemento importante da análise o elemento da distribuição de renda e de poder ao longo das cadeias de valor no comércio internacional para melhor entender os mecanismos pelos quais a inserção pode representar um percalço para o desenvolvimento.

⁵⁶Valendo-se do Paradoxo de Jevons, mesmo com uma transição energética completa, é necessário o controle do carbono para que essa substituição por energia renovável não gere uma expansão infinita de demanda e, conseqüentemente, continue destruindo o ecossistema (Schwartzman, 2011)



Como argumentado durante esse trabalho, a ampliação do comércio internacional sob a forma das CGV ocorreu em paralelo com a ampliação das desigualdades, aumento da pobreza no trabalho e profunda degradação ambiental no século XXI. Portanto, em vez dos ganhos mútuos previstos pela teoria ortodoxa, as CGV reproduziram pobreza, desigualdade e danos ambientais sobretudo para os países do Sul Global e seus cidadãos. Pela sua articulação com o processo de financeirização em sistemas tributários pouco progressivos, elas reproduzem desigualdades nas Cadeias Globais de Desigualdade (CGD). Pela sua pressão de baixa sobre os salários no chão de fábrica, elas contribuem para a ampliação da pobreza do trabalho nas Cadeias Globais de Pobreza (CGP). Por último, elas também estão por trás do fortemente desigual processo de emissões de carbono que tem como efeito crises climáticas sobretudo nos países do Sul Global. Dessa forma, elas de fato são entraves ao desenvolvimento que clamam propagar.

Assim, para tratar do impacto do capitalismo globalizado contemporâneo sobre as condições de vida e de trabalho no âmbito das Cadeias Globais de Valor é importante entender as diversas determinações de condições de trabalho, salários, e produção à escala mundial como totalidade. Além disso, o momento atual é extremamente oportuno para reconsiderar a questão da globalização capitalista e suas consequências, uma vez que a crise sanitária do Covid-19 aparece como um catalisador onde a dependência de princípios ativos para os medicamentos, máscaras, respiradores e vacinas se tornou claramente exposta – delineando uma futura agenda de pesquisa sobre esta crise e o rompimento com a ordem vigente. Nesse sentido, o questionamento é vital: Qual o sentido de exportar soja e importar respiradores? Os autores esperam que por meio dessa análise crítica das Cadeias Globais de Valor e suas implicações para o desenvolvimento socioeconômico do século XXI essa reflexão possibilite uma recuperação dos trabalhos que dão conta da necessidade de repensar um desenvolvimento pleno e plenamente respeitoso aos limites de todas as formas de vida.

Referências

- AMARAL M. SILVA e M. D. CARCANHOLO, 2009, A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes, in Rev. katálysis vol.12 no.2 Florianópolis jul./dez. 2009, <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200011>
- BARRETO, E. S. Crise climática e o Green New Deal : uma primeira aproximação crítica. Revista Fim do Mundo, 2020. n. 2, p. 75–91.
- BARRETO, E. S. O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BERGMANN, L. Bound by Chains of Carbon: Ecological-Economic Geographies of Globalization. Annals of the Association of American Geographers, v. 103, n. 6, p. 1348–1370, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00045608.2013.779547>
- BERNHARDT, T.; POLLAK, R. Economic and social upgrading dynamics in global manufacturing value chains: A comparative analysis. Environment and Planning A, v. 48,



n. 7, p. 1220–1243, 2016.

CARCANHOLO M. 2017. Dependência, superexploração do trabalho e crise. Uma interpretação desde Marx, Ed. Maia.

CHESNAIS F.. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump. Boston, Brill Academic Pub., 2016. 310 pp.

FRIEDMAN, T. L. A Warning from the Garden. The New York Times, 19 de jan. 2007. Disponível em: <
<https://www.nytimes.com/2007/01/19/opinion/19friedman.html>>. Acesso em: 29 de jul. de 2020.

GEREFFI, G. Shifting Governance Structures in Global Commodity Chains. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, v. 9, n. 2, p. 183–205, 1987.

GRIMES, P.; KENTOR, J. Exporting the Greenhouse: Foreign Capital Penetration and CO₂ Emissions 1980-1996. *Journal of World-Systems Research*, 2003. p. 261–275.

JORGENSON, A. K. Does foreign investment harm the air we breathe and the water we drink? A cross-national study of carbon dioxide emissions and organic water pollution in less-developed countries, 1975 to 2000. *Organization and Environment*, 2007. v. 20, n. 2, p. 137–156.

KALTENBRUNNER, A; PAINCEIRA, J. P. Subordinated Financial Integration and Financialisation in Emerging Capitalist Economies: The Brazilian Experience, *New Political Economy*, 2018. v. 23, n. 3, p. 290-313.

KAPLINSKY, R. Spreading the gains from globalisation: what can be learned from value chain analysis? *Problems of economic transition*. n. July 2015, p. 74–115, 2004.

LUCE, Mathias S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MANDEL E. O Capitalismo tardio, editora Abril. 1982.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. Expressão Popular, 2005.

MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. (Org.) A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. O Capital - Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZUCATO, M. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MEDEIROS C. A. e N. TREBAT, 2018. Las finanzas, el comercio y la distribución



- del ingreso en las cadenas globales de valor: implicancias para las economías en desarrollo y América Latina, in Martín Abeles, Esteban Pérez Caldentey y Sebastián Valdecantos (editores), *Estudios sobre financierización en América Latina*, Libros de la CEPAL, N° 152 (LC/PUB.2018/3-P), Santiago, CEPAL, 2018.
- NADVI, K. Globalisation and Poverty: How can Global Value Chain Research Inform the Policy Debate? *IDS Bulletin*, v. 35, n. 1, 2003.
- NAVARRETE, S. D. S.; BORINI, F. M.; AVRICHIR, I. Environmental upgrading and the United Nations Sustainable Development Goals. *Journal of Cleaner Production*, 2020. v. 264, p. 121563. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121563>>.
- NERI, M. (coord.) *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em https://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3_TextoFinal.pdf.
- OECD; WTO; WORLD BANK. *Global Value Chains: Challenges, opportunities, and implications for policy*. Report prepared for submission to the G20 Trade Ministers Meeting Sydney, Australia, n. July, p. 53, 2014.
- OPOKU, E. E. O.; BOACHIE, M. K. The environmental impact of industrialization and foreign direct investment. *Energy Policy*, 2020. v. 137, n. June, p. 111178. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.111178>>.
- QUENTIN, D.; CAMPLING, L. Global inequality chains: integrating mechanisms of value distribution into analyses of global production. *Global Networks*, v. 18, n. 1, p. 33–56, 2017.
- SALAMA P., 2016, “La tormenta en América latina. ¿Hacia dónde van las economías de la región?”, Ed. Universidad de Guadalajara, 2016.
- SCHWARTZMAN, D. Green new deal: An ecosocialist perspective. *Capitalism, Nature, Socialism*, 2011. v. 22, n. 3, p. 49–56.
- SELWYN, B. Poverty chains and global capitalism. *Competition and Change*, v. 23, n. 1, p. 71–97, 2019.
- SHAHBAZ, M. *et al.* Does foreign direct investment impede environmental quality in high-, middle-, and low-income countries? *Energy Economics*, 2015. v. 51, p. 275–287. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.eneco.2015.06.014>>.
- TORKIL LAUESEN; COPE, Z. Imperialism and the Transformation of Values into Prices. *Monthly Review*, 2015.
- UNCTAD. *Global Value Chains and Development: Investment and value added trade in the global economy*. United Nations Conference on Trade and Development, p. 32, 2013.



UNCTAD. Trade and Development Report 2017. Beyond Austerity: Towards a Global New Deal.

SANT'ANNA, A. A.; YOUNG, C. E. F. Risco, Desigualdade e o Valor da Vida Humana. In: YOUNG, C. E. F.; MATHIAS, J. F. C. M (org.). Covid-19: Meio Ambiente e Políticas Públicas. São Paulo: Hucitec, 2020. p. 161-166. Disponível em: http://www.huciteceditora.com.br/_imagens/_downloads/Covid-19%20Meio%20Ambiente%20e%20Políticas%20Publicas.pdf. Acesso em: 29 de jul. 2020.